

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi de enorme incerteza e dificuldade. A luta contra o Covid-19 acabou paralisando e suspendendo diversos projetos e planos de empresas de todos os portes e tamanhos, desde ações das mais operacionais até planos estratégicos e de inovação acabaram sendo afetados, o que gerou impacto nos negócios do Instituto. A receita de serviços com clientes privados teve queda de 18%, já os clientes públicos frearam ainda mais as contratações, chegando a uma queda de 29%. Para a gestão do Instituto esse cenário exigiu grande atenção para os gastos, sendo necessário planejamento rigoroso para conter o que não fosse gastos extremamente relevantes para operar os negócios já em carteira e em operação, o que exigiu grande coordenação e integração entre as áreas de operações, compras e finanças. Os recursos foram prioritariamente destinados para garantir a segurança e saúde dos empregados, tanto para aqueles que continuaram operando nos campi, pela natureza essencial dos trabalhos desenvolvidos, quanto para aqueles que permaneceram trabalhando de suas casas. Para isso, foram adotadas todas as medidas de prevenção,

de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados. Merece destaque a utilização da prática de trabalho remoto em esquema de home office para todas as atividades que permitiam tal prática, o que exigiu grande esforço da estrutura de TI, também foi antecipada a campanha de vacinação contra gripe, seguindo a recomendação da OMS, por um tempo foram modificadas as formas de transporte dos empregados, adoção de protocolo de testagem massivo para controle da contaminação nos campi o que corroborou para manter a contaminação controlada e baixa, entre outras ações.

Além disso, estrategicamente a instituição priorizou atuar de forma relevante nas ações de combate a pandemia com projetos e desenvolvimento de serviços tecnológicos que viabilizaram soluções para a sociedade como, realizar a manutenção e calibração de respiradores para hospitais, avaliar a segurança e desempenho de novos desenvolvimentos de respiradores, analisar e testar a segurança e efetividade de máscaras de tecido, avaliar a efetividade de tecnologias de eliminação do vírus em superfícies, testes rápidos com uso de nanotecnologia, entre outros projetos e ações.

Ainda no segundo semestre o Instituto promoveu uma grande reestruturação da área técnica reorganizando as competências de maneira a tornar mais clara a conexão com o mercado final. As unidades de negócios passaram de 12 para 7 áreas de concentração, com obtenção de maior massa crítica nos grupos que integram tais áreas.

Mesmo em um contexto tão conturbado o Instituto foi capaz de atingir resultados relevantes: iniciou a operação do IPT Open com fechamento dos primeiros contratos com as empresas Siemens, Klabin, 3M e Kimberly Clark que aderiram ao modelo do HUB de inovação, enquanto que na modalidade de Centro de Inovação a Granbio foi a primeira empresa a instalar sua operação de P&D no campus do Instituto. Estas empresas inclusive contribuíram com o IPT para adequar o chamamento para que fosse mais atrativo ao mercado. Além disso, a operação do Instituto gerou caixa de R\$ 9,9 milhões e melhorou os índices de liquidez e de endividamento.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em Milhares de Reais)

		Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
	Nota	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO				PASSIVO		
CIRCULANTE				CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.295	20.427	Fornecedores	2.498	3.543
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	6.173	12.805	Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	10	1.428
Contas a receber	5/6	4.549	8.242	Salários a pagar e encargos a recolher	5.779	5.764
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		190	197	Impostos e contribuições a recolher	11	2.993
Impostos antecipados e a recuperar	7	5.265	6.306	Adiantamento de clientes		705
Estoques		351	328	Obrigações a pagar - férias e encargos		11.910
Despesas pagas antecipadamente		169	170	Parcelamentos fiscais	11	1.190
Depósitos compulsórios		173	160	Subvenções governamentais-agências de fomento	12	8.148
Outros valores a receber		52	70	Outras obrigações		231
Total do Ativo Circulante		47.217	48.705	Total do Passivo Circulante	34.882	43.166
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		2.585	335	Parcelamentos fiscais	13	6.938
Imobilizado	8	156.522	170.348	Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento	14	35.963
Intangível	9	456	259	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	19.242
Total do Ativo Não Circulante		159.563	170.942	IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.895
				Total do Passivo Não Circulante	64.038	62.139
TOTAL DO ATIVO		206.780	219.647	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	
				Capital social		287.968
				Reservas de capital		9.382
				Reservas de lucros		264
				Recurso para aumento de capital		229
				Prejuízos acumulados	17	(189.983)
				Total do Patrimônio Líquido		107.860
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.780
						219.647

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	286.177	9.382	264	51	(175.208)	120.667
Aumento de capital	51	-	-	(51)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	139	-	139
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.244)	(7.244)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	286.229	9.382	264	139	(182.452)	113.562
Aumento de capital	139	-	-	(139)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	1.601	-	1.601
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	(1.991)	(1.991)
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.170	1.170
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	286.368	9.382	264	1.601	(183.273)	114.342
Aumento de capital	1.601	-	-	(1.601)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	229	-	229
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	96	96
Prejuízo do período	-	-	-	-	(6.806)	(6.806)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	287.968	9.382	264	229	(189.983)	107.860

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

1.1 Impactos relacionados à pandemia Covid-19

Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, a administração do IPT durante todo o exercício de 2020 adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus - COVID 19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Em meio ao cenário econômico de gradual retomada, o ano de 2020 começou com leve melhora nos principais índices de confiança do consumidor e da indústria. Contudo, com o advento da pandemia COVID-19 em meados de março, a paralisação temporária da atividade econômica e as indefinições quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial.

Neste cenário de bastante incerteza, o IPT tomou decisões importantes e elegeu as principais prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Adotou todas as medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, pois os serviços prestados pelo IPT se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto atual. O IPT implementou várias medidas de prevenção para que seus empregados não sejam expostos a situações de risco, tais como: (i) utilização da prática de trabalho remoto nas áreas administrativas, sistema home office, onde reforçamos nossa estrutura de TI para suportar essas ações; (ii) restrição de viagens nacionais e internacionais; (iii) utilização de meios de comunicação remota; (iv) antecipação da campanha de vacinação; entre outras. O IPT tomou adicionalmente todas as medidas de prevenção necessárias para que os empregados, com funções estratégicas possam cumprir-las sem agravar o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais para atendimento dos clientes.

As políticas internas de prevenção que foram adotadas ao longo do ano de 2020 continuam sendo aplicadas em 2021, para o enfrentamento da crise sanitária, até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como para garantir a continuidade e fluxo normal das operações do IPT.

A instabilidade econômica, agravada pela COVID-19, trouxe reflexos adversos para o IPT, como redução nas receitas com clientes, postergação de projetos e adiamento de faturamentos.

Diante destes efeitos adversos, o IPT promoveu a redução de custos, despesas e ajustes orçamentários para preservar a sustentabilidade econômico-financeira com êxito.

A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas aos contratos mantidos com seus clientes, sem redução de valores, não houve negociações que poderiam indicar margens negativas. Assim, considera que dessa forma serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade do IPT.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram divulgadas em 30 de janeiro de 2020 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em Milhares de Reais)

		Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
	Nota	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2020
Receita de serviços e produtos		48.506	70.831
Subvenção econômica - GESP		87.886	84.622
Subvenção econômica - Fomento		23.593	20.172
Receita de doação de bens - Fomento	14	7.123	7.286
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		167.108	182.911
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.622)	(9.607)
Devoluções e cancelamentos		(160)	(301)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		160.326	173.003
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	21a	(117.160)	(130.961)
LUCRO BRUTO		43.166	42.042
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21b	(33.538)	(36.851)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(1.649)	(1.563)
Serviços de terceiros		(6.945)	(9.169)
Depreciações e amortizações		(1.688)	(1.715)
Provisões diversas		(6.632)	19
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		1.480	1.954
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.806)	(5.283)
Receitas financeiras		1.085	7.919
Despesas financeiras		(2.085)	(1.466)
RESULTADO FINANCEIRO		(1.000)	6.453
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.806)	1.170
Imposto de renda e contribuição social		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.806)	1.170
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,02	0,04

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em Milhares de Reais)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
LUCRO/ (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(6.806)	1.170
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.19	(6.806)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Em Milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2020	2019
Lucro/Prejuízo do Exercício	(6.806)	1.170
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	19.030	21.147
Reversão de perdas de créditos	106	(154)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	8.200	(676)
Reversão de provisão para perdas com imobilizado	-	(90)
Valor residual do Imobilizado baixado	42	80
Subtotal	20.572	21.477
Variações no Ativo Circulante		
Aumento (Redução) de Ativos		
Aplicações financeiras vinculadas	6.632	(987)
Contas a receber	3.587	801
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	7	485
Impostos antecipados e a recuperar	1.041	1.843
Estoques	(23)	(93)
Despesas pagas antecipadamente	1	(44)
Depósitos compulsórios	(13)	(27)
Outros valores a receber	18	(1)
Subtotal	11.250	1.977
Variações no Passivo Circulante		
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(1.045)	254
Arrendamento Mercantil	588	840
Salários a pagar e encargos a recolher	15	52
Impostos e contribuições a recolher	(133)	73
Adiantamento de clientes	(125)	(607)
Obrigações a pagar - férias e encargos	(120)	229
Subvenções governamentais - agências de fomento	(6.546)	1.867
Outras obrigações	(51)	102
Subtotal	(7.417)	2.810
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidos Gerados nas Atividades Operacionais	24.405	26.264
Atividades de Investimento		
Aumento do realizável a longo prazo	(2.250)	(7)
Aquisição de bens do imobilizado	(3.570)	(3.941)
Doações recebidas em bens	(1.829)	(6.739)
Adição de intangível	(44)	(56)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidos Gerados Aplicados nas Atividades de Investimento	(7.693)	(10.743)
Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	(1.825)	(10.503)
Outras exigibilidades	(5.248)	(711)
Recurso para aumento de capital	229	1.601
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidos Gerados Aplicados nas Atividades de Financiamento	(6.844)	(9.613)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.868	5.908
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	20.427	14.519
No final do exercício	30.295	20.427
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.868	5.908

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em Milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas	168.325	184.613
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	48.347	70.530
Outras Receitas	120.084	114.074
Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa	(106)	9
Insuomos Adquiridos de Terceiros	(121.401)	(137.916)
Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	(112.831)	(126.522)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(7.886)	(10.454)
Outros	(684)	(940)
Valor Adicionado Bruto	46.924	46.697
Retenções	(1.688)	(1.715)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.688)	(1.715)
Valor Adicionado Líquido Produzido	45.236	44.982
Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.085	7.919
Receitas Financeiras	1.085	7.919
Valor Adicionado Total a Distribuir	46.321	52.901
Distribuição do Valor Adicionado	46.321	52.901
Pessoal	36.558	38.848
Remuneração Direta	17.847	18.213
Encargos Sociais	8.430	8.929
FGTS	5.893	6.004
Benefícios	4.388	5.702
Impostos, Taxas e Contribuições	7.955	11.386
Federais	4.565	6.968
Estaduais	33	60
Municipais	3.357	4.358
Remuneração de Capitais de Terceiros	8.614	1.497
Juros	2.085	1.466
Outros	6.529	31
Remuneração de Capitais Próprios	(6.806)	1.170
Prejuízo do Período	(6.806)	1.170

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. n° 60.633.674/0001-55

→ [continuação](#)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2020.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2019.

2.11 - Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 - Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa n° 15.

2.13 - Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa n° 13.

2.14 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa n° 11.

2.15 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado, conforme nota explicativa n° 16.

2.16 - Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, dos quais foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nota explicativa n° 10.

2.17 - Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 - Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19 - Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos exercícios apresentados.

2.20 - Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	87	107
Bancos conta movimento	562	201
Aplicações financeiras	29.646	20.119
	30.295	20.427
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>

Aplicações financeiras

Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM

Fundos de investimento em renda fixa	28.120	16.260
	<u>1.526</u>	<u>3.859</u>
	29.646	20.119

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 95% da taxa SELIC.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras vinculadas	6.173	12.805
	<u>6.173</u>	<u>12.805</u>

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	5.095	8.855
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	<u>(946)</u>	<u>(613)</u>
	4.549	8.242

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	4.224	7.534
De 1 a 30 dias	330	529
De 31 a 60 dias	39	69
De 61 a 90 dias	8	79
Há mais de 91 dias	<u>494</u>	<u>644</u>
	871	1.321
	<u>5.095</u>	<u>8.855</u>

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionados, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8°, da Lei n° 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas à Receber", no Ativo Circulante detalhada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Cientes	4.505	6.231
Diversos	257	1.087
Secretarias do Estado de São Paulo	29	849
Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras	-	374
Sociedades de Economia Mista	<u>304</u>	<u>314</u>
Órgãos Públicos	5.095	8.855

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Compensar	523	616
PASEP a Compensar	123	138
Contribuição Social a Compensar	1.492	1.403
Imposto de Renda a Compensar	2.126	2.821
IRRF sobre Aplicações Financeiras	72	168
IRRF a Compensar	<u>877</u>	<u>1.103</u>
ISS a Recuperar	2	2
ICMS a Compensar	-	5
INSS a Compensar	<u>50</u>	<u>50</u>
	5.265	6.306

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuidos de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação Líquido	Custo	Depreciação Líquido
Terenos	-	37.283	-	37.283	-
Edifícios e Benfeitorias	4%	92.776	(46.016)	46.760	92.776
Máquinas e Equipamentos	10%	181.594	(143.522)	38.072	180.979
Instalações	10%	17.397	(14.341)	3.056	17.415
Equipamentos de T.I.	20%	13.518	(11.497)	2.021	13.147
Instrumentos Diversos	10%	375	(358)	17	375
Veículos	20%	3.468	(3.269)	199	3.468
Móveis e Utensílios	10%	8.250	(6.682)	1.568	8.256
Outras imobilizações		29.546	(8.385)	21.161	29.546
Imobilizado em Andamento		4.962	-	4.962	3.527
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos		2.170	(747)	1.423	1.795
Total do Imobilizado		391.339	(234.817)	156.522	388.567

b) Movimentação

Descrição	01/01/2020 À 31/12/2020			
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências
Terenos	37.283	-	-	-
Edifícios	92.776	-	-	-
Máquinas equipamentos	180.979	1.355	(1.209)	469
Instalações	17.416	-	(19)	-
Equipamentos de T.I.	13.147	700	(335)	7
Instrumentos diversos	375	-	(1)	-
Veículos	3.468	-	-	3.468
Móveis e utensílios	8.256	30	(37)	1
Outras imobilizações	29.546	-	-	-
Imobilizado em andamento	3.526	1.922	(9)	(477)
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos	1.795	612	(237)	-
Total	388.567	4.619	(1.847)	-

Descrição	01/01/2019 À 31/12/2019			
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências
Terenos	37.283	-	-	-
Edifícios	92.700	-	-	76
Máquinas equipamentos	168.709	10.327	(347)	2.290
Instalações	17.406	25	(16)	-
Equipamentos de T.I.	12.155	1.125	(206)	73
Instrumentos diversos	375	-	-	-
Veículos	3.480	6	(24)	6
Móveis e utensílios	8.242	39	(25)	-
Outras imobilizações	28.042	-	-	1.504
Imobilizado em andamento	5.728	1.823	(59)	(3.965)
Direito de uso - Máquinas e equipamentos	-	1.795	-	-
Impairment	(90)	-	90	-
Total	374.030	15.140	(587)	(16)

9. INTANGÍVEL

a) Movimentação intangível

CONTA	Acumulado - 2020			
	Período de: Janeiro a Dezembro de 2020			
	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Transferências	Saldo em 31/12/2020
1.2.5.01.001 - Marcas e Patentes	632	39	-	671
1.2.5.01.002 - Softwares	2.167	-	-	2.167
1.2.5.01.003 - Softwares - Doação	1.271	340	-	1.611
1.2.5.01.004 - Marcas e Patentes em Andamento	1	6	-	(1)
Total Intangível	4.071	385	-	(1)
Amortização				
1.2.5.30.001 - (-) Amortização Acumulada	(2.052)	(53)	-	(2.105)
1.2.5.30.002 - (-) Amortização Acumulada - Doação Software	(1.184)	(69)	-	(1.253)
1.2.5.30.003 - (-) Amortização Acumulada - Marcas e Patentes	(576)	(65)	-	(641)
Total Amortização	(3.812)	(187)	-	

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu coordenador membro do Conselho de Administração.

O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei nº 13.303/16, Estatuto Social e seu Regimento Interno.

Compete assessorar o Conselho de Administração nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (ii) analisar as demonstrações financeiras; (iii) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (iv) supervisionar a diretoria no desenvolvimento de controles internos efetivos; (v) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna; (vi) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da sociedade; (vii) avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético e (viii) monitorar as denúncias de infração ao Código de Conduta e Integridade registradas no Canal de Denúncias e seus procedimentos de apuração e responsabilização.

As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras, além das informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras do IPT, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. Aos Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações financeiras representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE reuniu-se 14 vezes para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social de 2020 até o dia 22/02/2021, nas quais comunicaram-se nesse período, com o presidente do IPT, a diretora financeira e administrativa, o responsável pela auditoria interna, a auditoria independente, o conselho de administração, o conselho fiscal e os responsáveis pelas áreas de contabilidade, jurídico, manutenção, tecnologia da informação, ouvidoria, gestão de riscos e controles internos e comitê de conduta e integridade.

Nas interações com o Conselho de Administração, foram apresentados o status dos trabalhos em andamento, principais preocupações com o IPT, apresentação do Plano de Trabalho do Comitê para 2021, aprovado por unanimidade, conforme registro em atas.

Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

Auditoria Interna - O CAE obteve informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna por meio de reuniões periódicas, bem como acompanhou o Plano de Trabalho de 2020, revisou o Plano de Trabalho para 2021, fez ainda diversas considerações para a melhoria no nível de maturidade da Auditoria Interna e adequação da área às necessidades do IPT. Adicionalmente revisou os principais pontos identificados pela Auditoria.

Auditoria Independente: O CAE avaliou como satisfatórias as informações fornecidas pela auditoria independente, a qual suporta a opinião do CAE acerca da adequação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Ao longo de 2020 o CAE reuniu-se diversas vezes com a auditoria independente, Audilink Auditores & Consultores, sendo apreciado o Plano de Trabalho para o exercício de 2020, bem como o relatório circunstanciado, com os principais temas de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, o CAE solicitou ao IPT um prazo para implantação dos pontos abordados pela Auditoria. Também apreciou o Relatório dos auditores independentes, emitido em 11 de fevereiro de 2021, sem ênfases ou ressalvas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos: O CAE avaliou, em reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do IPT, considerado como um processo ainda em desenvolvimento, foram recomendadas diversas ações para o fortalecimento das atividades. O CAE recomendou ao Conselho de Administração a contratação de uma empresa especializada, com o objetivo de focar na realização do mapa de riscos corporativos do IPT, tendo sido decidido que será desenvolvido em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), um projeto para a implantação de Gestão de Riscos Corporativos. Adicionalmente o CAE também tomou conhecimento e acompanhou as demandas dos órgãos de fiscalização de controle externo.

Segurança da Informação e LGPD: Aprecou o modelo de segurança de informação, ferramentas e escopo, bem como fez algumas recomendações específicas no tocante a governança de TI, destacando a melhoria do Plano de Continuidade de Negócio (Disaster Recovery). O CAE revisou o Plano de adequação do IPT à LGPD, lei geral de Proteção de Dados, conforme lei federal nº 13.709/2018 e fez algumas recomendações, entre elas: que seja elaborado um programa de treinamento específicos sobre LGPD, considerando os terceiros.

Programa de Integridade e Ouvidoria: Revisou o Programa de Integridade, recomendando que fosse revisto o cronograma e sinalizando quais os principais riscos que o IPT está exposto em não priorizar algumas ações do programa, recomendou que fosse submetida ao presidente do IPT e posteriormente ao Conselho de Administração,

que foi aprovado por unanimidade. Adicionalmente revisou o código de conduta e integridade, recomendou alguns ajustes. O IPT divulgou uma nova versão do código de conduta e integridade em julho de 2020. O CAE recomendou que o fluxo das informações da Ouvidoria fosse revisto, bem como revisou o relatório com os principais relatos apresentados pela Ouvidoria.

Demonstrações Financeiras: Com base nos trabalhos realizados pelos auditores independentes, Audilink Auditores & Consultores, o CAE analisou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das demonstrações financeiras. O CAE recomendou que (i) as provisões contábeis cíveis e trabalhistas sejam revistas trimestralmente, principalmente pelos impactos da pandemia - COVID-19, (ii) que fosse contratado um perito contábil para calcular os valores dos processos. Uma vez conhecida a decisão de primeira instância deve haver um julgamento de mérito da Assessoria Jurídica para estimar a probabilidade de provável, possível ou remota da causa em questão. Adicionalmente, o CAE enfatizou a necessidade de fortalecer e embasar tecnicamente o estudo técnico preparado pela Administração relacionado à recuperação econômica e depreciação do imobilizado do Instituto.

Outras Atividades: Foi apreciado o status da regularização do Auto de Vistoria do corpo de bombeiros (AVCB), considerando as obras e orçamento, também foi acompanhado o status de regularização dos terrenos, do Planejamento Estratégico Quinquenal de 2020-2025, do Plano Anual 2020, do Plano Anual 2021 e da Carta Anual e de Governança 2019, aos quais fez diversas contribuições à administração do IPT. Cabe destacar que o CAE realizou sua autoavaliação de desempenho para o ano de 2020.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, considerando os trabalhos e avaliações realizados e com base nas informações da contabilidade e no relatório dos auditores independentes, sem ênfases ou ressalvas, concluiu que os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração do IPT.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

WILLIAM PEREIRA PINTO

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

e Membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

IVAN STAGLIANO ISMAEL

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

JOÃO FRANCISCO CARVALHO JUNQUEIRA

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 11 de Fevereiro de 2021, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira

do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021.

MARCOS VINICIUS DE SOUZA

Presidente do Conselho

JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES

Conselheiro

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA

Conselheira

AMÉRICO CEIKI SAKAMOTO

Conselheiro

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Conselheira

WILLIAM PEREIRA PINTO

Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria

JAIRO KLEPACZ

Conselheiro Independente

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 11 de Fevereiro de 2021, sem ressalvas, elaborado de acordo

com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2021

ELIANA GUARNIERI - Conselheira

LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA - Conselheiro

EDUARDO SOARES DE CAMARGO - Conselheiro

WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR - Conselheiro

DUILIO MALFATI JUNIOR - Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS VINICIUS DE SOUZA

Presidente do Conselho

JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES

Conselheiro

AMÉRICO CEIKI SAKAMOTO

Conselheiro

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Conselheira

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA

Conselheira

JAIRO KLEPACZ

Conselheiro Independente

WILLIAM PEREIRA PINTO

Conselheiro independente

DIRETORIA

JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES

Diretor Presidente

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA

Diretora Financeira e Administrativa

ADRIANO MARIN DE OLIVEIRA

Diretor de Operações

CLAUDIA ECHEVENGUA TEIXEIRA

Diretora de Inovação e Negócios

ALESSANDRO PANSANATO RIZZATO

Diretor IPT Open

FRANCISCO SOUTO OUTEDA

Contador - CRC 1SP154222/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas do
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment de ativos não financeiros

Detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável dos ativos estão descritos na nota 2.10 - Avaliação do valor recuperável dos ativos (*Impairment*) às demonstrações contábeis.

A avaliação sobre o imobilizado realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados líquidos no montante de R\$ 88.420 mil e envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela administração da Companhia para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado, e não foi identificada a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos relacionados às UGCs, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizados das UGCs da Companhia, levando-se em conta o mesmo critério do laudo acima mencionado, não cabendo ajustes de *impairment*, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs. Utilizamos nossos técnicos para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração (taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem

de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais.

Provisões para contingências

Veja as 2.12 às demonstrações contábeis.

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com o suporte e avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, determina a probabilidade de perda e os valores envolvidos para cada processo, registrando na contabilidade uma provisão quando os critérios para o reconhecimento são atendidos, perdas prováveis, e divulga aquelas com classificação de risco de perda possível (passivo contingente).

Resposta da auditoria ao assunto

Solicitamos aos assessores jurídicos da Companhia a confirmação de todos os processos, a respectiva avaliação de riscos e valores para todos os processos em esfera administrativa ou judicial. Avaliamos o montante da provisão e as divulgações feitas em notas explicativas quanto aos requerimentos descritos nas normas contábeis relevantes para esse tema. Com base nos procedimentos acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas às provisões de contingências e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela

avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021

 **AudiLink**
Auditores & Consultores

AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 "T" SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador - CRC/RS 040078/O-7 "T" SP